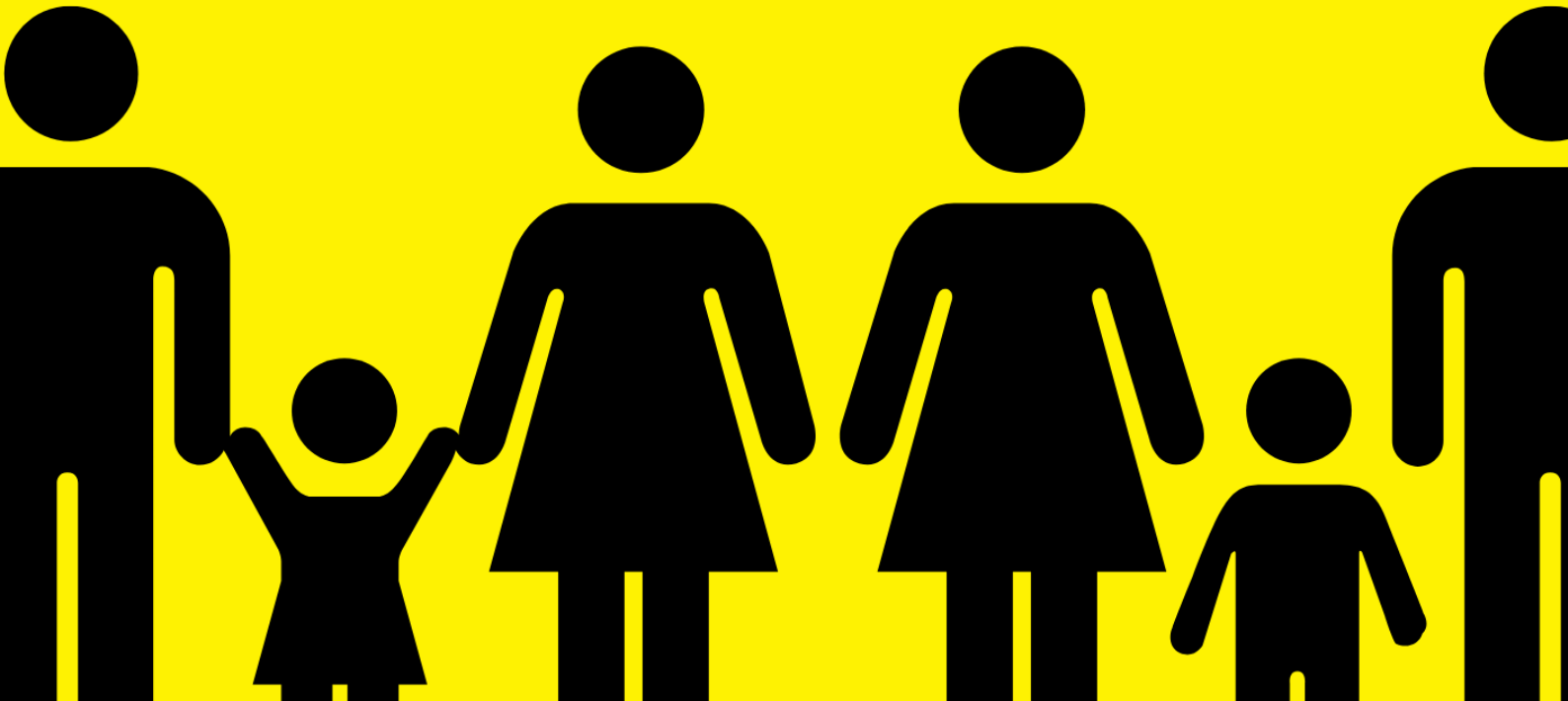
ITABUNA
PREFEITURA
Pela cidade, por você.

2025

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3
2. JUSTIFICATIVA 6
2.1. OBJETIVO 7
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 7
2.3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA 8
3. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL 9
4. PÚBLICO-ALVO E ATORES ENVOLVIDOS 10
5. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL 11
6. ESTATUTO DA CIDADE E PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO 13
7. COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO 15
7.1. EVENTOS 16
7.2. REUNIÕES 17
7.3. SITE DA PREFEITURA 19
7.4. REDES SOCIAIS 19
7.5. MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO 20
8. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO PARA O PLANO 21
8.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES 23
8.2. EXECUÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 24
24
8.3. AUDIÊNCIA PÚBLICA E DIVULGAÇÃO DO PMSB 27
9. ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 29
9.1. OFICINAS 29
9.2. CONSULTA PÚBLICA 30
9.3. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 32

Lista de Figuras

Figura 1 – Informações do Plano de Mobilização Social 3
Figura 2 – Escada de níveis de classificação de mobilização social 4
Figura 3 – Objetivos específicos do PMS 8
Figura 4 – Atores sociais envolvidos 10

Figura 5 – Estratégias de mobilização e comunicação 16
Figura 6 – Materiais de divulgação do PMSB 20
Figura 7 – Mecanismos para validação contínua do PMSB 22
Figura 8 – Fluxograma da estratégia participativa para a revisão do PMSB de Itabuna 23
Figura 9 – Roteiro de eventos 26
Figura 10 – Eventos a serem realizados no processo de elaboração do PMSB 29
Figura 11 – Esquema das estratégias de mobilização e engajamento comunitário 31

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Datas das oficinas 25
Tabela 2 – Datas da Consulta Pública e da Audiência Pública. 28

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS) para a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Itabuna busca envolver a sociedade no processo de formulação e avaliação das políticas de saneamento. Este plano promove o controle social, a transparência e o diálogo entre o poder público, a comunidade e as organizações da sociedade civil.

A mobilização social é fundamental para garantir que o processo seja democrático e participativo, incorporando as reais necessidades da população. O plano também prevê o uso de estratégias de comunicação acessíveis e ferramentas de engajamento que permitam a participação ativa de todos os segmentos sociais, incluindo aqueles tradicionalmente marginalizados. A Figura 1 mostra as informações que o Plano de Mobilização Social deve abordar.

Figura 1 – Informações do Plano de Mobilização Social

Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

Para garantir a participação efetiva da população, será realizado um diagnóstico participativo, no qual os moradores serão convidados a fornecer informações sobre a situação atual do saneamento em suas comunidades, por meio de formulários. Durante a revisão do PMSB de Itabuna, também serão organizados eventos, como oficinas de validação do diagnóstico, prognóstico e dos programas, projetos e ações. Além disso, ao final da revisão será realizada a consulta pública e a audiência pública, em que a população poderá trazer contribuições para o plano.

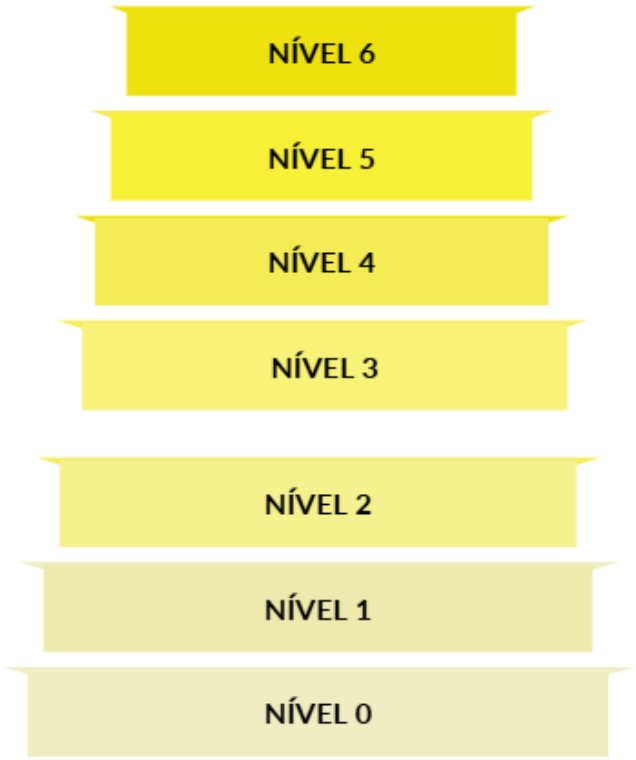
A adequação das estratégias no plano considera as diferentes realidades socioeconômicas. A compreensão das desigualdades permite criar mecanismos que garantam a participação de

grupos tradicionalmente marginalizados nos processos de tomada de decisão. As condições de vulnerabilidade ajudam a identificar demandas específicas de diferentes grupos, possibilitando soluções mais direcionadas e eficientes.

Os grupos vulneráveis que merecem destaque incluem: a população de baixa renda, que enfrenta problemas de infraestrutura sanitária; pessoas com deficiência, que precisam de adaptações para participar plenamente; comunidades rurais, distantes dos centros de decisão e com acesso limitado a serviços; mulheres chefes de família, que lidam com sobrecarga de responsabilidades; jovens e adolescentes, essenciais para a sustentabilidade a longo prazo; e minorias étnicas e raciais, que podem enfrentar barreiras culturais ou linguísticas para participar.

Em 2006, o Guia de Elaboração dos Planos de Saneamento Básico, desenvolvido pelo Ministério das Cidades, estabeleceu critérios para avaliar a intensidade da participação social durante a elaboração e implementação do PMSB. Esses critérios estabelecem níveis de classificação que levam em conta o grau de envolvimento da comunidade e o avanço das ações de saneamento, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Escada de níveis de classificação de mobilização social



Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

Essas classificações permitem medir a eficácia da mobilização social, garantindo que a participação da população seja significativa e contribua efetivamente para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades locais e promovam a inclusão social. Os níveis de participação podem ser:

- **Nível 0**: **Nenhuma -** a comunidade não participa na elaboração e no acompanhamento do Plano;
- **Nível 1: A comunidade recebe informação -** a comunidade é informada do PMSB e espera-se a sua conformidade;
- **Nível 2: Comunidade é consultada -** para promover do plano, a administração busca apoios que facilitem sua aceitação e o cumprimento das formalidades que permitam sua aprovação;
- **Nível 3: Comunidade opina -** o plano, depois de elaborado, é apresentado à comunidade em audiência ou consulta pública, convidando-a a questionar, mas esperando modificá-lo apenas no estritamente necessário;
- **Nível 4: Elaboração conjunta -** uma primeira versão do plano é apresentada à comunidade para que seja debatida e modificada, e a administração espera que isso ocorra em certa medida;
- **Nível 5: Comunidade tem poder delegado para elaborar –** a administração apresenta a informação à comunidade junto com um contexto de soluções possíveis, convidando-a a tomar decisões que possam ser incorporadas ao PMS; e
- **Nível 6: Comunidade controla o processo -** a administração procura a comunidade para que esta diagnostique a situação e sejam tomadas decisões sobre objetivos a alcançar no plano.

O atual Plano de Mobilização Social visa atuar nos níveis 3, 4 e 5, garantindo uma maior conexão com as reais necessidades e aspirações da população, o que aumenta significativamente as chances de sucesso. A participação ativa da comunidade não apenas aprimora a qualidade das decisões, ao trazer à tona questões e soluções que os planejadores podem não ter previsto, mas também promove maior aceitação e facilita a implementação. As pessoas tendem a apoiar mais um plano quando sentem que contribuíram para sua construção.

2. JUSTIFICATIVA

A participação da sociedade no planejamento e gestão do saneamento básico é uma exigência legal estabelecida pelas Leis 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) e 14.026/2020. Essas leis, bem como o Decreto nº 7.217/2010, determinam que a elaboração, revisão e adequação dos Planos Municipais de Saneamento Básico sejam processos democráticos, que incorporem as demandas e aspirações de todos os setores sociais.

A Lei 11.445/2007 já estabelecia a obrigatoriedade da participação e controle social neste processo, envolvendo usuários, entidades técnicas, prestadores de serviços e o poder público. O Decreto nº 7.217/2010, que regulamentou essa lei, detalhou os procedimentos necessários para a participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

A Lei 14.026/2020 reforçou essa diretriz ao estabelecer que os municípios devem implementar estruturas de participação e controle social, como conselhos, conferências e audiências públicas, garantindo assim maior envolvimento da população no processo decisório. Dessa forma, a legislação vigente deixa claro que a participação social não é apenas uma boa prática, mas uma obrigação a ser cumprida no planejamento e gestão do saneamento básico.

Neste contexto, o Plano de Comunicação e Mobilização Social é apresentado como uma ferramenta estratégica para incentivar e sensibilizar a sociedade quanto à importância de sua participação ativa. A proposta do plano é promover uma gestão de caráter participativo, em que a comunidade não apenas acompanha, mas também influencia as decisões tomadas em relação ao saneamento básico em Itabuna.

Contudo, é crucial reconhecer que a mera existência de um plano não garante automaticamente uma participação social efetiva. Os processos participativos enfrentam desafios como a baixa adesão da população, a falta de capacitação, barreiras tecnológicas e desigualdades socioeconômicas. Para aumentar o engajamento, o plano visa incluir mecanismos de sensibilização, linguagem acessível e parcerias locais.

Ao estruturar esse plano busca-se assegurar que o PMSB seja não apenas um documento técnico, mas também um reflexo das necessidades coletivas, construído de forma colaborativa. A comunidade engajada fortalece o controle social, promove a transparência e legitima as ações previstas, garantindo que as soluções propostas estejam alinhadas às necessidades reais da população.

Assim, a implementação do Plano de Comunicação e Mobilização Social justifica-se pela necessidade de cumprir as exigências legais, ao mesmo tempo em que se promove uma gestão pública mais eficaz e

inclusiva, que valorize a participação popular como um elemento essencial para a melhoria das condições de vida e saúde da comunidade.

2.1. Objetivo

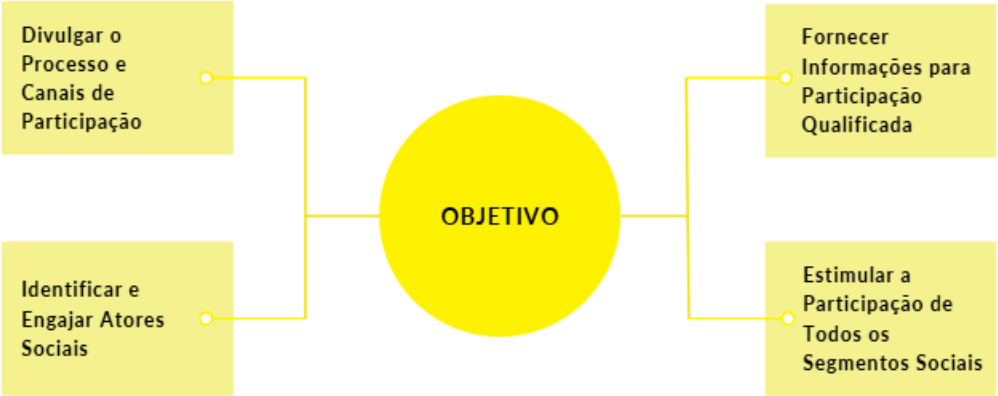
O objetivo do Plano de Comunicação e Mobilização Social é engajar a comunidade de forma efetiva na criação e revisão do PMSB de Itabuna. Ao adotar métodos de comunicação e participação acessíveis, o plano busca garantir que as políticas de saneamento sejam moldadas pelas contribuições e preocupações dos cidadãos, promovendo um processo transparente e alinhado com as necessidades locais.

2.2. Objetivos Específicos

Nesse sentido, os objetivos específicos do plano de mobilização estão descritos a seguir e representados na Figura 3.

- **Divulgar o Processo e Canais de Participação:** Ampliar a visibilidade do processo de revisão do PMSB, esclarecendo as formas e canais disponíveis para a participação da comunidade, e detalhar os objetivos e desafios do plano;
- **Identificar e Engajar Atores Sociais:** Mapear e envolver grupos e atores sociais relevantes, como organizações comunitárias, associações e comitês de bacia hidrográfica, para garantir que diversos pontos de vista sejam representados e incorporados ao plano;
- **Fornecer Informações para Participação Qualificada:** Disponibilizar informações claras e acessíveis que permitam à sociedade uma participação qualificada nos processos decisórios do PMSB, garantindo que os cidadãos estejam bem-informados para contribuir efetivamente; e
- **Estimular a Participação de Todos os Segmentos Sociais:** Incentivar a participação de diversos segmentos da sociedade no planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico, promovendo um engajamento abrangente e inclusivo em todas as fases do processo.

Figura 3 – Objetivos específicos do PMS



Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

2.3. Área de Abrangência

O Plano de Comunicação e Mobilização Social abrange todo o município de Itabuna, tanto a área urbana quanto a rural, assegurando que todos os residentes estejam informados e possam participar. O plano busca alcançar todos os setores da sociedade local, garantindo que cada cidadão, independentemente de sua localização ou condição, tenha acesso às informações e oportunidades de envolvimento.

3. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Um Plano de Comunicação e Mobilização Social eficaz para a revisão do PMSB deve se pautar em quatro princípios fundamentais:

- Participação democrática e inclusiva;
- Controle social e transparência;
- Divulgação ampla e acessível;
- Convergência de propósitos; e
- Resoluções de conflitos.

A participação democrática e inclusiva busca assegurar que todos os segmentos da sociedade, incluindo os grupos vulneráveis, estejam envolvidos, permitindo que a população acompanhe o progresso da revisão do PMSB e contribua com sugestões e informações sobre a realidade local. O controle social e a transparência serão garantidos por meio de canais claros de comunicação entre o Poder Público e a sociedade, permitindo o acompanhamento e questionamento das ações, conforme detalhado neste plano.

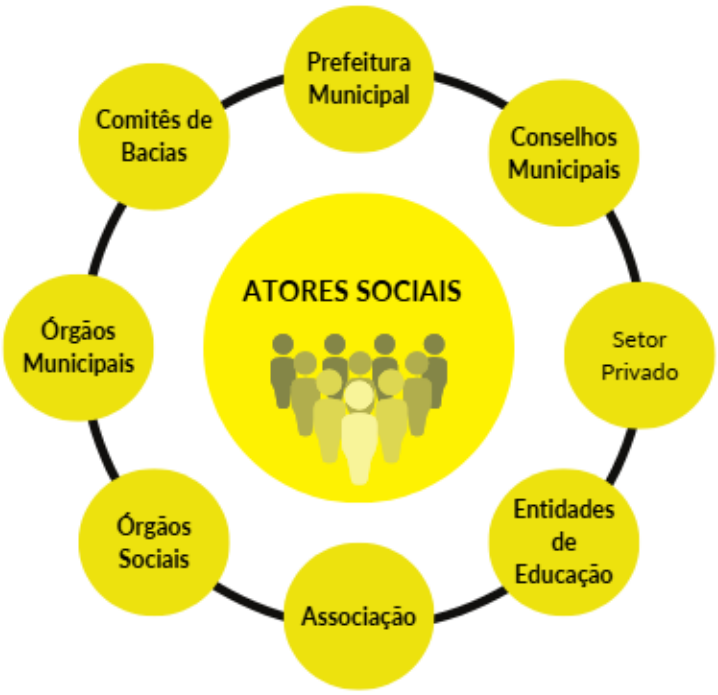
A divulgação ampla e acessível utilizará linguagem simples e diversas estratégias para garantir que as informações sejam compreensíveis a todos, empregando plataformas online e materiais de divulgação em parceria com a Prefeitura de Itabuna e a EMASA. Por fim, a convergência de propósitos e a resolução de conflitos promoverão um diálogo contínuo entre as partes interessadas, utilizando metodologias participativas nos eventos.

4. PÚBLICO-ALVO E ATORES ENVOLVIDOS

O Plano de Mobilização Social do PMSB de Itabuna busca envolver uma ampla variedade de atores sociais, garantindo uma representação diversificada e inclusiva. Ele inclui a comunidade local, abrangendo moradores de áreas centrais e periféricas, além de grupos vulneráveis, como pessoas de baixa renda, pessoas com deficiência e mulheres chefes de família.

O plano também envolve organizações comunitárias, como associações e ONGs, que auxiliam na disseminação de informações e na mobilização da população. Além disso, conta com a participação de autoridades locais e setoriais, como secretarias municipais e comitês de bacia hidrográfica, que fornecem dados e coordenam as ações. O setor privado e o prestador de serviços de saneamento também desempenham papéis importantes, contribuindo com discussões sobre responsabilidade social e informações técnicas. A Figura 4 apresenta exemplos desses atores.

Figura 4 – Atores sociais envolvidos



Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

5. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A participação social e a democratização das políticas públicas no Brasil têm suas raízes no processo de redemocratização do país, que culminou com a Constituição Federal de 1988. Este marco legal, conhecido como "Constituição Cidadã", estabeleceu princípios fundamentais para a participação popular na gestão pública, reconhecendo a importância da sociedade civil na formulação, implementação e controle das políticas públicas.

Desde então, diversos mecanismos de participação social foram instituídos, como os conselhos gestores de políticas públicas, as conferências nacionais, as audiências públicas e os orçamentos participativos. Estes instrumentos visam ampliar o diálogo entre o Estado e a sociedade civil, permitindo que diferentes vozes e perspectivas sejam consideradas no processo de tomada de decisões.

A participação social tem impactos significativos na democratização das decisões, ampliando o acesso dos cidadãos aos processos decisórios e promovendo uma gestão pública mais democrática e transparente. Além disso, ela fortalece o controle social, permitindo maior fiscalização e monitoramento das ações governamentais pela sociedade civil. Outro aspecto importante é a inclusão de demandas de grupos historicamente marginalizados na agenda pública.

Ainda nesse sentido, é possível observar a Lei 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) que estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. A participação social no planejamento e formulação das políticas públicas traz benefícios significativos:

- Aumenta a legitimidade das decisões governamentais;
- Promove maior transparência e controle social;
- Contribui para políticas mais eficazes e alinhadas às necessidades reais da população; e
- Fortalece a cidadania e a cultura democrática.

Em conclusão, a participação social nas políticas públicas no Brasil representa um avanço significativo na democratização do Estado. O aprofundamento deste processo é fundamental

para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, e é um elemento importante na revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Itabuna.

6. ESTATUTO DA CIDADE E PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal nº 10.257 de 2001, é um marco regulatório fundamental para a política urbana no Brasil. Esta lei estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. O Estatuto fornece uma série de instrumentos para que o município possa intervir nos processos de planejamento e gestão urbana e territorial, tendo como diretriz a garantia do direito a cidades sustentáveis.

Neste contexto, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) emerge como um instrumento essencial para a efetivação dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade. O PMSB, cuja elaboração é obrigatória conforme a Lei Federal nº 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico), deve ser compatível com as diretrizes do plano diretor municipal, outro instrumento previsto no Estatuto da Cidade.

A interseção entre o Estatuto da Cidade e o PMSB se dá em diversos aspectos. Primeiramente, ambos preconizam a gestão democrática das cidades, enfatizando a importância da participação popular nos processos de planejamento e tomada de decisão. O Estatuto da Cidade estabelece instrumentos como audiências públicas, debates e consultas públicas, que são fundamentais na elaboração e revisão do PMSB.

Além disso, o Estatuto da Cidade tem como uma de suas diretrizes a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. O PMSB, ao planejar e regular os serviços de saneamento básico, contribui diretamente para a efetivação deste direito.

O Estatuto também prevê a necessidade de ordenação e controle do uso do solo de forma a evitar a poluição e a degradação ambiental. Neste sentido, o PMSB desempenha um papel crucial ao estabelecer diretrizes para a gestão adequada dos recursos hídricos, o tratamento de efluentes e a disposição correta de resíduos sólidos, contribuindo para a preservação do meio ambiente urbano.

Outro ponto de convergência é a ênfase dada pelo Estatuto da Cidade à justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. O PMSB, ao planejar a

universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, contribui para reduzir as desigualdades socioespaciais nas cidades.

A elaboração e revisão do PMSB devem, portanto, estar alinhadas com os princípios e instrumentos do Estatuto da Cidade. Isso implica em um processo participativo, que considere as especificidades locais, promova a integração das políticas de saneamento com outras políticas setoriais (como habitação, meio ambiente e saúde) e busque soluções que contribuam para o desenvolvimento urbano sustentável.

No contexto de Itabuna, a revisão do PMSB deve levar em conta as diretrizes estabelecidas no plano diretor do município, garantindo a compatibilidade entre estes instrumentos de planejamento. Além disso, é fundamental que o processo de revisão envolva amplamente a comunidade, utilizando os instrumentos de gestão democrática previstos no Estatuto da Cidade. Isso inclui não apenas os planos municipais, mas também os planos nacionais, regionais e estaduais, além de outros instrumentos jurídicos relevantes.

Em suma, o Estatuto da Cidade e o Plano Municipal de Saneamento Básico são instrumentos complementares e interdependentes, essenciais para o planejamento e a gestão urbana sustentável. A articulação adequada entre eles é fundamental para garantir cidades mais justas, saudáveis e ambientalmente equilibradas, assegurando melhor qualidade de vida para todos os cidadãos.

7. COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

O Plano de Mobilização Social aqui apresentado é um instrumento metodológico voltado para a sensibilização coletiva, com um propósito que vai além da simples função informativa. Seu principal objetivo é incentivar a participação social efetiva na elaboração do PMSB, estabelecendo um canal de comunicação transparente.

A base teórica deste plano se apoia na ideia de que a sensibilização é fundamental para transformar paradigmas cognitivos e comportamentais. Segundo Enrique Leff (2015), o processo de aprendizagem envolve a produção de significados e a apropriação subjetiva de conhecimentos. Nesse contexto, os mecanismos participativos facilitam a formação de agentes sociais preparados para conduzir e influenciar uma transição para um modelo de desenvolvimento democrático e sustentável.

Para garantir uma ampla inclusão da comunidade no processo de elaboração e implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), serão adotadas estratégias que priorizem a transparência dos processos e a disseminação de informações de forma acessível e adaptada à realidade local. O objetivo é assegurar que todos os grupos populacionais possam compreender e participar ativamente das decisões, fortalecendo o vínculo da comunidade com o PMSB e promovendo um desenvolvimento sustentável no município.

As ferramentas de comunicação serão cuidadosamente desenvolvidas com base nas características de cada grupo populacional. A criação de materiais em linguagem acessível, como vídeos curtos e conteúdos audiovisuais ilustrativos, garantirá que públicos diversos, incluindo aqueles com menor nível de escolaridade ou acesso limitado à internet possam compreender plenamente as informações. Para facilitar o acesso, os materiais incluirão exemplos práticos e cotidianos e estarão disponíveis em formatos acessíveis, como áudio para pessoas com deficiência visual e legendas para pessoas com deficiência auditiva.

O uso de ferramentas digitais será ampliado para garantir o alcance das informações a toda a população. Redes sociais como Instagram e Facebook serão as principais ferramentas para divulgação dos eventos, *links* e demais informações que devem ser divulgadas para a população.

Para alcançar áreas rurais e comunidades que possuem dificuldades de acesso digital, os materiais impressos elaborados serão distribuídos em pontos estratégicos, como escolas,

unidades de saúde, igrejas, centros comunitários e mercados locais, promovendo a participação de forma mais abrangente.

A metodologia de participação pública incluirá, além dos canais tradicionais de recebimento de críticas e sugestões, formatos deliberativos como audiências públicas, consultas e oficinas. Nessas atividades, será garantida a participação ativa da população, utilizando-se técnicas de facilitação que promovam um ambiente acessível e inclusivo.

Oficinas interativas com uso de dinâmicas de grupo e debates serão aplicadas para estimular a troca de conhecimentos e o engajamento dos participantes de forma não hierárquica. Essas atividades visam criar um espaço de diálogo ampliado e efetivo, fundamental para legitimar o PMSB e garantir que as soluções propostas sejam verdadeiramente inclusivas e representativas das necessidades da comunidade. A Figura 5 apresenta as principais estratégias de mobilização e comunicação social.

Figura 5 – Estratégias de mobilização e comunicação

Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

7.1. Eventos

A equipe técnica, composta pela equipe da Fipe, possui a prerrogativa de realizar oficinas, conforme avaliação de pertinência e necessidade. Esses eventos, de caráter técnico-

participativo, têm como objetivo principal apresentar e discutir os principais resultados e proposições do processo de elaboração do PMSB, promovendo o acesso da comunidade às informações e a colheita ativa de suas contribuições.

A metodologia adotada para esses eventos promove a participação ampla e irrestrita do público, em conformidade com os princípios de gestão democrática estabelecidos pela Lei nº 11.445/2007 e pela Lei nº 14.026/2020. Para garantir uma mobilização social eficaz e uma representação justa da comunidade, será implementada uma estratégia de comunicação multicanal.

Para facilitar a compreensão e tornar os eventos mais acessíveis, as oficinas serão divididas por temas específicos do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana. Cada sessão temática será conduzida de forma interativa, com explicações simples e dinâmicas que permitam aos participantes entenderem e discutir as questões de forma clara e objetiva, evitando a sobrecarga de informações técnicas. Dessa forma, a participação comunitária será ampliada e as soluções apresentadas refletirão as reais necessidades da população, garantindo um processo mais democrático e eficaz.

7.2. Reuniões

As reuniões serão espaços de diálogo com os diversos segmentos sociais para a construção do PMSB, promovendo a participação livre, democrática e bem-informada da população. A Fipe, juntamente com a Prefeitura Municipal, terá autonomia para organizar esses encontros como mecanismos de comunicação direcionados à sociedade civil. Essas reuniões servirão como locais de participação direta de grupos específicos na elaboração do plano, assegurando que o processo seja verdadeiramente participativo e reflita as contribuições dos segmentos mais envolvidos.

Para garantir a eficácia dessas reuniões, será fundamental a identificação e seleção prévia de lideranças comunitárias, associações representativas e membros de conselhos municipais. Além disso, serão oferecidas capacitações ou materiais explicativos antecipadamente, buscando aumentar a qualidade das contribuições da população. Manuais simples, folhetos explicativos e vídeos introdutórios sobre o PMSB serão distribuídos antes das reuniões, permitindo que os participantes cheguem mais preparados e bem-informados sobre os temas em discussão.

Adicionalmente, será assegurado que cada reunião reserve momentos específicos para ouvir grupos historicamente marginalizados, como moradores de áreas periféricas, mulheres chefes de família, comunidades quilombolas e povos indígenas. Dessa forma, garante-se que as vozes desses grupos sejam devidamente ouvidas e consideradas, promovendo um processo inclusivo e justo que valorize a diversidade de perspectivas e necessidades da população.

7.3. Site da Prefeitura

O site da Prefeitura de Itabuna será um dos principais canais de comunicação durante a revisão do PMSB, servindo como uma plataforma de divulgação abrangente para alcançar o público-alvo. Por meio dele, serão compartilhadas informações essenciais sobre os serviços de saneamento e as datas importantes do processo, além de disponibilizar os produtos finalizados e oferecer um *e-mail* de contato para o esclarecimento de dúvidas.

Para garantir uma experiência inclusiva e acessível a todos, o site terá uma navegação simplificada. Além disso, os documentos serão disponibilizados, facilitando o acesso para toda a população.

Além da divulgação de informações, o *website* será uma ferramenta interativa, promovendo a participação ativa da comunidade. Serão criados formulários, permitindo que os cidadãos façam perguntas, deem sugestões e compartilhem suas opiniões diretamente no portal. Essas funcionalidades proporcionarão um espaço aberto para o diálogo, reforçando o caráter participativo e democrático do processo de revisão do PMSB.

7.4. Redes Sociais

Para alcançar um público mais amplo, serão utilizadas as redes sociais com o objetivo de ampliar as ações de mobilização local e aumentar o engajamento da população. Nessas plataformas, serão publicadas mensagens eletrônicas contendo as principais informações para a comunidade. O uso dessas tecnologias digitais está alinhado com a Política Nacional de Participação Social (Decreto nº 8.243/2014), que prevê a atuação no ambiente virtual para promover a participação social.

Dentre as redes sociais utilizadas, destacam-se:

- Instagram: @prefeituradeitabuna
- *Website*: https://itabuna.ba.gov.br/

Além das postagens informativas, será investido no desenvolvimento de infográficos interativos e vídeos curtos que expliquem os temas de forma prática, incentivando os usuários a compartilharem essas informações.

Serão promovidas campanhas de mobilização online, como desafios e enquetes sobre o saneamento básico na cidade, para envolver diretamente os usuários e estimular a interação.

7.5. Materiais de Divulgação

Para complementar a estratégia de comunicação, serão produzidos materiais impressos, esquematizados na Figura 6, com o propósito de reforçar a divulgação e a comunicação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Além disso, a criação de cartilhas e histórias em quadrinhos voltadas para o público infantojuvenil são essenciais para atingir este público específico.

Figura 6 – Materiais de divulgação do PMSB

Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

Esses materiais terão a função de promover eventos relacionados ao PMSB, informar sobre as etapas do processo e apresentar os resultados alcançados com a conclusão dos produtos do PMSB.

A distribuição desses materiais será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Itabuna, que deverá selecionar locais abrangentes como escolas, Unidades Básicas de Saúde, feiras livres, bibliotecas públicas, igrejas, centros comunitários, associações de moradores e mercados locais, de forma a alcançar um número maior de pessoas.

8. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO PARA O PLANO

Desde a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, a participação cidadã tem se mostrado essencial para a implementação de políticas urbanas que promovam o uso equitativo e sustentável dos recursos. No processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), a inclusão da população é fundamental para garantir que o plano reflita as reais dinâmicas e características do espaço urbano. É crucial evitar a exclusão da população do processo decisório e criar oportunidades para sua participação efetiva (ROLNIK, 2002).

Para atender a esses objetivos, o plano utilizará estratégias didático-pedagógicas para facilitar a compreensão e o diálogo sobre os conteúdos legais, geralmente pouco conhecidos pelo público. A abordagem metodológica visa aprofundar o conhecimento dos participantes sobre a realidade local, suas dinâmicas e desafios, respeitando a diversidade e garantindo acessibilidade.

A metodologia proposta para o Plano de Mobilização Social é estruturada em três etapas principais e interligadas, garantindo uma sequência lógica e eficaz para o cumprimento dos objetivos. São elas:

- Planejamento das Ações;
- Execução e Validação do Plano de Mobilização Social; e
- Audiência Pública e Divulgação do PMSB.

Para que este processo tenha uma validação contínua, são necessários mecanismos para coleta de informações e *feedbacks* durante as fases do plano. Isso permite que os ajustes ocorram em tempo real, com base nas contribuições da população.

Esses mecanismos podem envolver:

1. **Pesquisas Online e Questionários:** Disponibilizar formulários digitais em sites e redes sociais para que a população possa enviar suas opiniões e sugestões de forma prática e acessível.

2. **Caixas de Sugestões Virtuais e Físicas:** Criar caixas de sugestões em locais estratégicos (como escolas, unidades de saúde e centros comunitários) e opções digitais, permitindo que os cidadãos deixem *feedbacks* anonimamente.

3. **Enquetes em Redes Sociais:** Realizar enquetes nas redes sociais para obter *feedback* rápido e amplo sobre aspectos específicos do plano.

4. **Formulários de *Feedback* em Eventos:** Durante eventos relacionados ao PMSB, disponibilizar formulários de *feedback* para que os participantes possam avaliar e sugerir melhorias.

5. **Envolvimento de Líderes Comunitários:** Trabalhar com líderes comunitários e representantes locais para facilitar a coleta de *feedback* e assegurar que diferentes segmentos da população sejam alcançados.

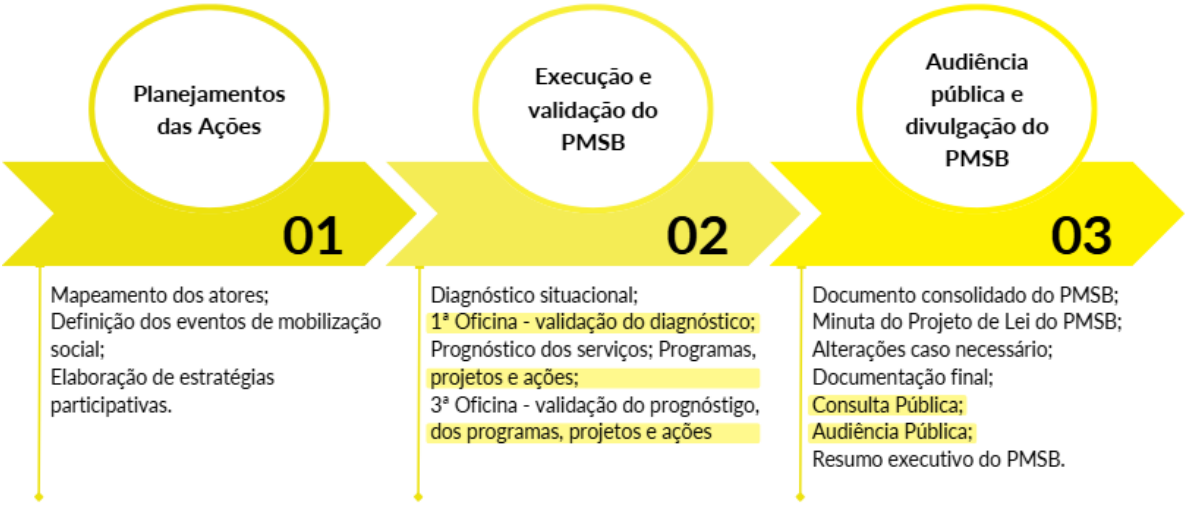
Esses mecanismos ajudarão a garantir que o plano esteja sempre alinhado com as necessidades e expectativas da população, promovendo uma participação efetiva e ajustando o plano conforme necessário.

Figura 7 – Mecanismos para validação contínua do PMSB

Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

A Figura 8 apresenta a descrição geral de cada uma das etapas mencionadas.

Figura 8 – Fluxograma da estratégia participativa para a revisão do PMSB de Itabuna



Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

8.1. Planejamento das Ações

A etapa de Planejamento das Ações constitui um componente crítico do Plano de Mobilização Social, sendo fundamental para a eficácia do processo participativo na elaboração do PMSB. Esta fase compreende três atividades principais: o mapeamento dos atores sociais locais, a definição dos eventos de mobilização e elaboração de estratégias de participação com foco no público-alvo.

O mapeamento dos atores sociais locais consiste na identificação sistemática de indivíduos, organizações e grupos envolvidos em iniciativas sociais que possam influenciar os resultados do processo de elaboração do PMSB. Este procedimento visa a construção de uma rede de pessoas representativa da diversidade sociocultural do município.

Concomitantemente ao mapeamento, procede-se à definição dos eventos estratégicos de mobilização social. Estes eventos são concebidos como espaços de diálogo e construção coletiva, visando não apenas a disseminação de informações, mas também a coleta de contribuições substantivas para o PMSB. O planejamento destes eventos considera aspectos como periodicidade, abrangência geográfica, temáticas específicas e metodologias participativas a serem empregadas.

As estratégias de alcance e interação com o público-alvo são delineadas com base nas características socioculturais do município. Estas estratégias podem incluir, mas não se limitam a: utilização de mídias sociais e plataformas digitais para engajamento *online*, implementação de campanhas de comunicação em mídias tradicionais, realização de oficinas temáticas, formação de grupos de trabalho setoriais e utilização de metodologias.

A etapa de Planejamento das Ações culmina na elaboração de um cronograma atividades, com a especificação dos recursos necessários e responsáveis por cada ação. Este planejamento é concebido como um instrumento dinâmico, sujeito a ajustes e aprimoramentos ao longo do processo de revisão do PMSB, em resposta às demandas e aos *feedbacks* recebidos nos eventos.

8.2. Execução e validação do Plano de Mobilização Social

A etapa de Execução e Validação do Plano Municipal de Saneamento Básico é caracterizada pela produção dos Produtos técnicos fundamentais e pela implementação de metodologias participativas para sua validação. Esta fase é norteada pelos princípios de gestão democrática e controle social.

O processo de elaboração dos Produtos do PMSB adota uma abordagem multimetodológica para a coleta e análise de dados. Esta metodologia contempla não apenas o levantamento de informações junto aos órgãos da administração pública municipal, mas também a realização de pesquisas de campo e consultas diretas à população de Itabuna. Tal abordagem visa garantir uma compreensão da situação do saneamento básico no município, incorporando tanto dados técnicos quanto a percepção e as demandas da comunidade local.

A validação dos produtos elaborados ocorre por meio de um processo estruturado em três oficinas temáticas principais.

A primeira oficina tem como objetivo a validação do diagnóstico situacional do município, apresentando um panorama detalhado das condições atuais dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana.

A segunda oficina foca na discussão e validação do prognóstico, que contempla as projeções e cenários alternativos para o saneamento básico municipal.

Por fim, a terceira oficina destina-se à apresentação e validação dos programas, projetos e ações definidos para alcançar as metas estabelecidas no PMSB. A Tabela 1 apresenta a data prevista para a realização de tais oficinas.

Tabela 1 – Datas das oficinas

Oficina	Tema	Data
1ª Oficina	Validação do Diagnóstico	26/08/2025
2ª Oficina	Validação do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações	10/09/2025

Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

Estas oficinas são concebidas como espaços de diálogo e construção coletiva, empregando metodologias participativas que facilitam a compreensão e a contribuição efetiva dos diversos atores sociais envolvidos. A composição dos participantes destas oficinas busca garantir a representatividade dos diferentes segmentos da sociedade, incluindo representantes do poder público, da sociedade civil organizada, do setor privado e da comunidade em geral.

É importante ressaltar que o processo de execução e validação do PMSB mantém um caráter dinâmico e flexível, permitindo a realização de eventos adicionais em resposta às demandas identificadas ao longo do processo. Estes eventos suplementares podem incluir seminários temáticos ou consultas públicas específicas, conforme a necessidade de aprofundamento em determinadas questões ou a demanda por maior engajamento de grupos específicos da sociedade.

De modo geral, recomenda-se abordar nos eventos cada um dos serviços de saneamento contemplados na revisão do PMSB de Itabuna. Assim, espera-se que a população compreenda melhor as informações discutidas. A Figura 9 apresenta o roteiro base a ser seguido.

Figura 9 – Roteiro de eventos

Tratamento de Água

1. A água chega regularmente ou há interrupções frequentes?
2. Há problemas de falta de água no seu bairro?
3. A água fornecida é limpa e adequada para consumo?
4. Já houve casos de água com cheiro, cor ou gosto estranho?
5. A água que utiliza é proveniente de rios, poços artesianos ou outros sistemas?
6. Em quais períodos do ano ou horários do dia essas falhas são mais comuns?
7. Os vazamentos são frequentes? Onde eles geralmente ocorrem?
8. O serviço responde rapidamente às demandas da população?
9. Você está satisfeito com o valor cobrado pela conta de água?
10. Quais são as principais mudanças ou melhorias que você gostaria de ver?
11. Como você gostaria de ser informado sobre os trabalhos e melhorias no abastecimento de água?

Esgotamento Sanitário

1. Você está conectado a uma rede de coleta pública ou utiliza fossas sépticas?
2. Existe algum problema frequente com o sistema de esgoto em sua casa?
3. Existem ocorrências de vazamentos, transbordamentos ou mau cheiro? Em quais locais e situações esses problemas costumam ocorrer?
4. Você acredita que o esgoto coletado está sendo tratado de maneira adequada?
5. Há despejo de esgoto sem tratamento em rios, lagos ou áreas verdes próximas?
6. Há áreas no seu bairro que ainda não têm acesso ao sistema público de esgoto?
7. Você está ciente de como reportar problemas no serviço?
8. As tarifas cobradas são justas e proporcionais à qualidade do serviço prestado?
9. Quais ações ou mudanças você gostaria de ver implementadas?
10. Existe algum ponto específico em que você acha que o serviço pode melhorar?

Resíduos Sólidos

1. Você já presenciou locais de acúmulo de resíduos, onde?
2. Com que frequência você vê lixo espalhado nas ruas ou áreas públicas?
3. Por quanto tempo esse dura acúmulo até a limpeza?
4. Como a população tem percebido os impactos do acúmulo de lixo?
5. Você sabe onde descartar corretamente resíduos recicláveis e não recicláveis?
6. A sua comunidade possui pontos de coleta seletiva acessíveis e bem sinalizados?
7. Você já participou de algum programa de coleta de lixo ou reciclagem na sua região?
8. Que ações você acha que poderiam melhorar a gestão de resíduos sólidos na sua cidade?
9. Você conhece as regras e horários de coleta de lixo na sua área?
10. Você se sente informado sobre as ações de coleta, reciclagem e outras políticas de resíduos no seu município?

Drenagem urbana

1. Você já presenciou problemas de alagamento ou enchentes, onde?
2. Com que frequência ocorrem alagamentos durante chuvas fortes?
3. Por quanto tempo esses alagamentos duram?
4. Como a população tem percebido os impactos das chuvas nos últimos anos?
5. Existem áreas verdes onde a água possa infiltrar?
6. Existe uma rede de galerias pluviais, bueiros e canais para escoamento da água?
7. Você já percebeu entupimentos ou falta de manutenção nos bueiros e canais?
8. Existem alertas ou medidas de prevenção para áreas propensas a inundações?
9. Você se sente informado sobre obras ou melhorias previstas para a infraestrutura de drenagem?
10. Você se sente informado sobre obras ou melhorias previstas para a infraestrutura de drenagem?
11. Quais são as principais mudanças ou melhorias que você gostaria de ver?

Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

8.3. Audiência pública e divulgação do PMSB

A etapa final do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) compreende a consolidação dos dados e informações desenvolvidos durante a fase de execução e validação em um documento técnico abrangente. Este documento sintetiza todos os Produtos definidos para o saneamento básico do município, incorporando as contribuições e validações obtidas nos processos participativos anteriores.

O processo culmina com a realização da Consulta e Audiência Pública, eventos que têm como objetivo apresentar o PMSB consolidado à comunidade e coletar as últimas contribuições para seu aperfeiçoamento. A metodologia adotada para esses eventos prioriza a ampla participação social, utilizando técnicas de facilitação que estimulam o diálogo e a contribuição efetiva dos participantes.

Para garantir a inclusão e representatividade, é essencial garantir que a comunidade tenha voz no processo de elaboração do PMSB, assegurando que grupos vulneráveis ou marginalizados tenham acesso real a essas oportunidades de participação. Para isso, é importante que a divulgação das informações contemple todo o território do município, de modo a atingir diferentes grupos sociais. Além disso, é de suma importância que a realização dos eventos ocorra em locais de fácil acesso, de forma a minimizar barreiras logísticas e garantir a participação de todos os segmentos da população.

A facilitação do diálogo é uma estratégia essencial para democratizar a participação social. Para garantir uma comunicação acessível e inclusiva, tanto nos materiais de divulgação quanto nos eventos abertos ao público, será adotada uma linguagem simples e clara, visando tornar o conteúdo compreensível para todos os participantes. Além disso, será reservado um momento em cada evento para que a população possa expressar suas opiniões, fazer contribuições e esclarecer dúvidas, promovendo um ambiente de diálogo aberto e efetivo.

Por fim, o registro e a devolutiva das contribuições são etapas cruciais para garantir a transparência do processo. Durante os eventos, todos os apontamentos, sugestões e questionamentos dos participantes são registrados pela equipe técnica e, posteriormente, serão analisados e debatidos visando o aperfeiçoamento do PMSB. Este processo assegura que o documento final seja não apenas tecnicamente robusto, mas também represente de forma fidedigna as aspirações e necessidades da comunidade de Itabuna.

Após a consolidação das informações no plano, será elaborado um documento público, que será amplamente divulgado à população. Este documento destacará as alterações realizadas no texto em resposta às contribuições recebidas durante a participação popular, reforçando a transparência e mostrando de forma clara como as sugestões da comunidade foram incorporadas. Essa prática visa fortalecer a confiança no processo participativo, demonstrando que a voz da população foi efetivamente considerada.

A Tabela 2 indica as possíveis datas para os eventos de consulta e audiência pública, levando em consideração o cronograma estabelecido no Plano de Trabalho. Essas datas foram definidas de forma estratégica, respeitando o tempo de execução de cada produto a ser elaborado durante o processo. Vale ressaltar que as datas podem sofrer alterações devido à disponibilidade dos espaços escolhidos, bem como a outros fatores logísticos que possam surgir durante o planejamento.

Eventuais mudanças serão comunicadas com antecedência, por meio de canais oficiais de divulgação, como redes sociais e comunicados impressos, a fim de garantir que a população seja devidamente informada.

Tabela 2 – Datas da Consulta Pública e da Audiência Pública.

Evento	Data
Consulta Pública	22/09/2025 a 22/10/2025
Audiência Pública	23/10/2025

Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

A conclusão desta etapa resulta na versão final do PMSB, na minuta do projeto de lei do PMSB, instrumento legal que institucionaliza o plano, e na consolidação do Resumo Executivo do PMSB.

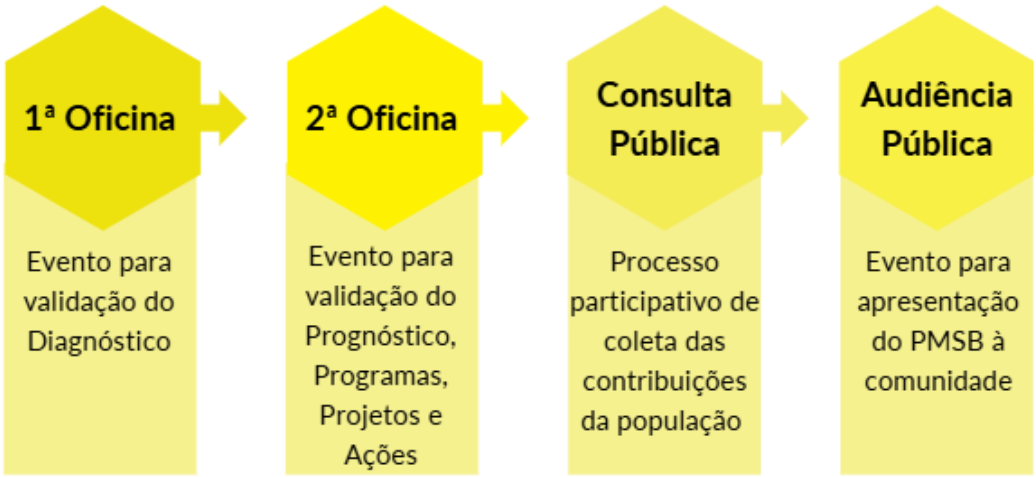
9. ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Nesta seção serão apresentadas as principais atividades de mobilização social que serão realizadas durante a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Essas atividades têm como objetivo informar, sensibilizar e engajar a comunidade, além de coletar suas contribuições e demandas, assegurando que o plano final seja legitimado e reflita a realidade local.

Ao participar desses eventos, a população terá a oportunidade de se envolver ativamente no processo de planejamento e gestão do saneamento básico em sua cidade, exercendo seu direito de cidadania e influenciando diretamente as decisões que afetam a sua comunidade.

Os eventos a serem realizados, esquematizados na Figura 10 envolvem oficinas, consulta e audiência pública. Para garantir um engajamento efetivo, será priorizada a capacitação da população sobre os temas de saneamento básico. Além das oficinas pontuais, materiais didáticos simplificados, como vídeos curtos e cartilhas ilustradas, serão desenvolvidos para facilitar a compreensão dos temas abordados. Essas estratégias visam fortalecer a participação cidadã, permitindo que a população influencie diretamente as decisões que impactam sua comunidade.

Figura 10 – Eventos a serem realizados no processo de elaboração do PMSB



Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

9.1. Oficinas

As oficinas são eventos participativos de caráter prático e interativo que, no contexto da revisão do PMSB, têm como objetivo promover a troca de informações entre a equipe técnica e a comunidade, coletar dados e percepções locais sobre o saneamento básico, capacitar a população sobre temas relacionados ao saneamento e estimular o envolvimento ativo da comunidade no processo de revisão do plano. Geralmente, essas oficinas envolvem atividades em grupo, dinâmicas, apresentações e discussões em um ambiente mais informal e colaborativo.

9.2. Consulta Pública

As consultas públicas são importantes mecanismos de participação social, visando coletar contribuições da sociedade sobre a revisão do PMSB, ampliar a transparência do processo e legitimar as decisões tomadas. Elas podem ser realizadas tanto de forma presencial quanto *online*, permitindo que os cidadãos expressem suas opiniões por escrito ou verbalmente.

No entanto, para garantir que grupos com menor acesso à internet também sejam contemplados, serão disponibilizados pontos físicos de consulta em locais estratégicos, como escolas, unidades de saúde e centros comunitários. Esses pontos facilitarão a participação de pessoas sem acesso à internet ou com pouca familiaridade com plataformas digitais. Durante um período determinado, os documentos relevantes serão disponibilizados para análise da população, assegurando que todos tenham a oportunidade de contribuir.

9.3. Audiências Públicas

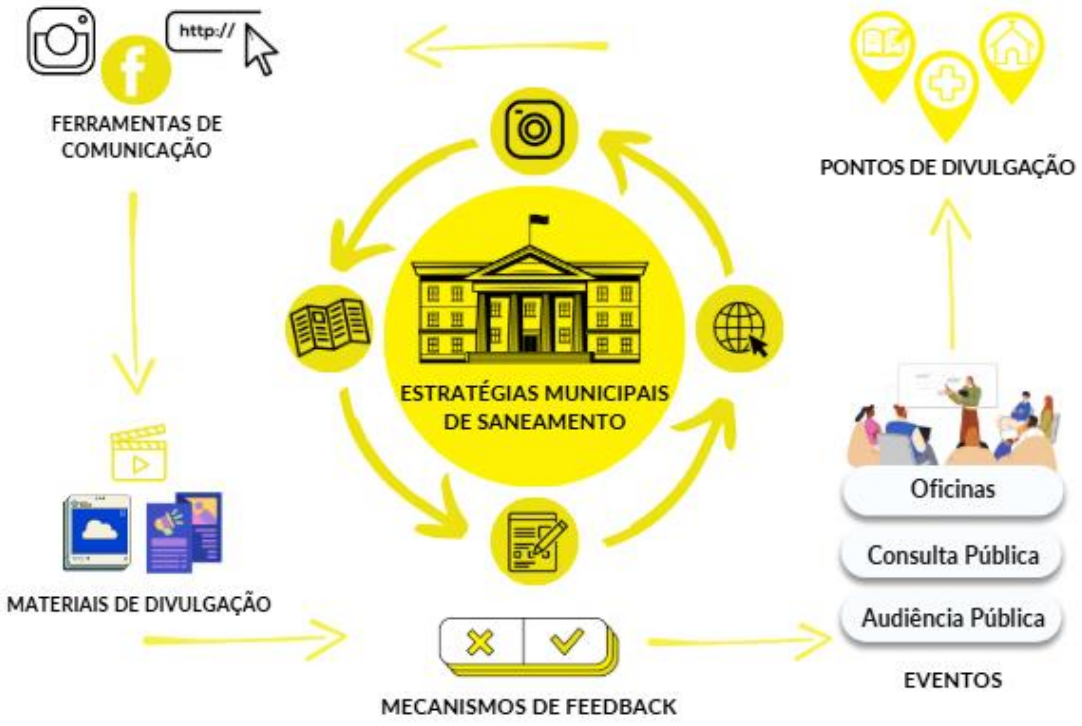
As audiências públicas são eventos formais e abertos que têm como objetivo apresentar informações sobre o PMSB à comunidade, esclarecer dúvidas, debater publicamente aspectos importantes, e validar as propostas e decisões. Conduzidas por autoridades municipais, com a presença de técnicos responsáveis pela elaboração do PMSB, as audiências seguem um formato estruturado, com apresentações, períodos de fala para os participantes e registro formal das contribuições.

Para garantir maior participação, será feita uma ampla divulgação antecipada por meio de uma campanha de comunicação integrada. Além das redes sociais, a divulgação utilizará os mecanismos de mencionados anteriormente para garantir a mobilização e participação inclusiva e democrática da população nos eventos.

Por fim, as estratégias apresentadas neste plano visam otimizar a mobilização local e o engajamento da população em torno das iniciativas propostas, garantindo uma comunicação eficaz e inclusiva. A combinação de ferramentas visuais, campanhas online, materiais impressos e pontos de distribuição estratégica, aliada à coleta contínua de *feedback* e ao uso de ferramentas interativas, permitirá uma abordagem dinâmica e responsiva às necessidades da comunidade.

A Figura 11 apresenta o esquema das estratégias de mobilização e engajamento comunitário.

Figura 11 – Esquema das estratégias de mobilização e engajamento comunitário



Elaboração: Equipe da Fipe (2025).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/cciviL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#:~:text=%E2%80%9CDisp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da,para%20a%20regula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20servi%C3%A7os. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde Funasa (FUNASA). Termo de referência para elaboração de plano municipal de Saneamento Básico. Brasília: Funasa, 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Guia para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 2ª edição. 152 p.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico, altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de1990, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de1995, e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde Funasa (FUNASA). MOBILIZAÇÃO SOCIAL. Cadernos Temáticos Saneamento Básico. FUNASA, 2016.

LEFF, E. Saber Ambiental.11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

ROLNIK, R. Estatuto da cidade: novas perspectivas para a reforma urbana. 2002.

BRASIL. Decreto nº 7.217 de 21/06/2010. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/411857#:~:text=REGULAMENTA%20A%20LEI%2011.445%2C%20DE,BASICO%2C%20E%20DA%20OUTRAS%20PROVIDENCIAS.&text=POLITICA%20DE%20SANEAMENTO%20BASICO%20%2C%20SAUDE%20PUBLICA%20. Acesso em: ago. 2025.